

Desenvolvimento: Uma Análise A Partir Do Comércio Internacional E Do Capital Humano

Development: An Analysis From International Trade And Human Capital

Leonardo José Feitosa Neiva

Mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília
Professor do Instituto Federal do Piauí
Email: leoneiva20@gmail.com

Aline Roberta Halik

Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília
Bacharel em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Federal do Tocantins
Analista de ciência e tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Email: aline.halik@mcti.gov.br

Maurin Almeida Falcão

Doutorado em Direito Público. Universidade De Paris-Xi-SUD
Professor da Universidade Católica de Brasília
Email: mfalcao@pos.ucb.br

Endereço: Leonardo José Feitosa Neiva
Av. Pedro Freitas, 1020 - São Pedro, Teresina - PI,
64019-368, Brasil

Endereço: Aline Roberta Halik
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério
da Ciência e Tecnologia Zona Cívico
Administrativa, 70067900 - Brasília, DF – Brasil

Endereço: Maurin Almeida Falcão
Universidade Católica de Brasília, Pró-Reitoria de Pós-
Graduação e Pesquisa. SGAN 916 Módulo. B Asa Norte
Brasília, DF - Brasil

Editor Científico: Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

**Artigo recebido em 10/10/2015. Última versão
recebida em 08/11/2015. Aprovado em 09/11/2015.**

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).**

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação.

RESUMO

Os países têm como objetivos propalar e sustentar o seu desenvolvimento, contudo não se trata de uma tarefa simples. Para entender as razões do processo de desenvolvimento, examinar-se-á o problema através de duas vertentes: o comércio internacional e o capital humano ao mesmo tempo em que se faz uma revisão bibliográfica da matéria. A análise se inicia pela descrição das teorias do comércio internacional, desde as teorias clássicas até as novas teorias de Krugman e Helpman. Em seguida, serão abordadas as consequências negativas advindas da liberalização do comércio internacional, fatores que impõem aos países um olhar realista sobre o comércio internacional como gerador de desenvolvimento. Por fim, será abordado o conceito de investimento em capital humano e uma análise das teorias econômicas, que demonstram sua imprescindibilidade para o desenvolvimento de um país, sobretudo a partir da teoria de Robert Solow. Como resultado, conclui-se que a busca pelo desenvolvimento passa, necessariamente, pelo incremento do comércio internacional e pelo investimento em capital humano, mas também depende de outros fatores a serem corrigidos pelos países.

Palavras-Chaves: Desenvolvimento. Comércio Internacional. Capital Humano.

ABSTRACT

Countries aims to encourage and sustain its development, but it is not a simple task. To understand the reasons of the development process will examine up-the problem through two areas: international trade and human capital while you make a bibliographic review of the matter. The analysis begins by describing the theories of international trade, from the classical theories to new theories of Krugman and Helpman. Then the negative consequences arising from trade liberalization will be addressed, all of which requires countries a realistic look on international trade as a development generator. Finally, it will address the concept of investment in human capital and an analysis of the economic theories that demonstrate their indispensability to development of a country, especially from the theory of Robert Solow. As a result, we conclude that the search for development necessarily involves increasing international trade and investment in human capital, but also depends on other factors to be corrected by the countries.

Keywords: Development. International Commerce. Human Capital.

1 INTRODUÇÃO

Promover e sustentar o desenvolvimento constitui-se um dos principais objetivos dos países, contudo não se trata de uma tarefa simples, caso contrário todos se encontraria em estágios econômicos mais avançados. Assim, compreender as razões pelas quais determinados países obtêm um melhor grau de desenvolvimento e outros não, é importante para que as nações possam traçar suas estratégias econômicas.

No sentido de obter uma melhor compreensão deste processo, diversos autores se empenharam no estudo da relação entre comércio internacional e desenvolvimento. É importante observar que as lições iniciais de Smith e Ricardo apontam que o comércio internacional poderia assumir um o papel significativo na indução do desenvolvimento de uma nação.

Por outro lado, diversos estudos apontam também que a liberalização comercial pode trazer em seu bojo efeitos sociais extremamente negativos para o país, como o desemprego estrutural e o aumento da marginalização e da pobreza, por exemplo.

Na verdade, a obtenção de benefícios do comércio internacional parece estar condicionada à adoção de determinadas estratégias por parte do Estado, no sentido de maximizar os benefícios econômicos e minimizar as perdas no campo social. Dentre as estratégias apontadas estão uma alocação eficiente do quadro macroeconômico do país, a criação de uma estrutura que permita ao país alcançar o seu desenvolvimento, a manter instituições que incentivem a liberdade de iniciativa e a livre concorrência, e o investimento massivo em capital humano.

Assim, parte-se da premissa de que o comércio internacional é um importante mecanismo de desenvolvimento, mas incapaz de garantir os resultados positivos se estiver desacompanhado de um conjunto de políticas estatais adequadas e, desta maneira, foi direcionado o estudo da relação entre comércio internacional, desenvolvimento e o investimento em capital humano nos termos da doutrina econômica, resultante dos estudos de Roberto Solow¹. Importante destacar que o capital humano é um dentre muitos fatores necessários para que o comércio possa gerar desenvolvimento, mas o estudo de outros aspectos mostra-se inviável para um único artigo científico.

¹Robert Solow (1924), uma das figuras principais da Economia do Desenvolvimento, descreveu que a fonte do crescimento de uma economia estava centrado na acumulação de capital, no crescimento da força de trabalho e nas alterações tecnológicas (OLIVEIRA, 2010, p.97)

Para atingir o objetivo proposto, na Seção 2, iniciarão com a descrição das teorias do comércio internacional, idealizadas a partir dos estudos de Adam Smith e David Ricardo, teorias estas que apontam, no geral, uma relação positiva entre comércio e desenvolvimento, devido aos ganhos de produtividade resultantes da mais eficiente alocação dos recursos. Ver-se-á também que os estudos de Krugman indicam que determinadas companhias e países conseguem obter ainda mais ganhos ao investir em tecnologia e inovação com a finalidade de diferenciar seus produtos dos demais, criando, assim, um estado de mercado imperfeito.

Na Seção 3 do trabalho será observado que o comércio internacional e o conseqüente processo de especialização da economia também geram efeitos adversos, sobretudo o desemprego, que resulta da introdução de novas tecnologias e da concorrência com produtores externos. Muitos dos outros problemas atribuídos do livre comércio, como a criação de precariedade social e a explosão da violência, seriam em parte, decorrentes desse desemprego. Explicar-se-á, ainda, que, para contornar as externalidades muitos autores sugeriram uma abertura calculada da economia. Entretanto, as regras do SMC seriam um entrave às políticas estatais de desenvolvimento. Os países desenvolvidos teriam “chutado a escada” por meio das regras do SMC, inibindo o crescimento dos países em desenvolvimento.

Por fim, na Seção 4, será abordado o conceito de investimento em capital humano e uma análise das teorias econômicas que demonstram sua imprescindibilidade para desenvolvimento de um país, sobretudo a partir da teoria de Robert Solow, economista ganhador do Prêmio Nobel e um dos principais teóricos do desenvolvimento (CASTRO, 2014).

Apresentar-se-á, em seguida, o entendimento de certos autores, como Gilpin, sobre a relevância que o capital humano apresenta na atual conjuntura econômica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 As Teorias Do Comércio Internacional

As teorias do comércio internacional se desenvolveram a partir dos economistas clássicos, como Adam Smith, e David Ricardo. A distinção essencial entre esses dois formuladores de doutrina é que Smith defendia que os países deveriam se especializar nos produtos que fossem absolutamente mais produtivos, ou seja, o comércio internacional somente seria benéfico se o país produzisse certo bem a um custo absolutamente inferior a seu parceiro comercial. Por sua vez, Ricardo demonstrou que os países deveriam se especializar

nos produtores que fossem mais produtivos, ainda que o custo total fosse superior ao de seu parceiro comercial (SARQUIS, 2010, p.32).

Na teoria ricardiana foi construída a partir da liberalização do comércio de tecido e vinho entre Inglaterra e Portugal. Assim, restou comprovado que, embora a Inglaterra fosse menos produtiva em ambas as mercadorias, ela deveria se especializar naquela em que era mais eficiente, o tecido. Portugal por sua vez, deveria se especializar na produção de vinho, ou seja, a especialização deve ocorrer na mercadoria que é mais eficiente dentre as duas. A especialização produz ganhos de produtividade para ambos os países, o que incrementa o bem-estar de todos. Por isso, ninguém perde com o livre-comércio. Para as teorias de Ricardo e Smith é fundamental que o trabalhador possa se deslocar para uma atividade econômica mais produtiva.

Entretanto, para superar certas falhas das teorias clássicas, como a desconsideração dos custos de transporte e do trabalho como único fator de produção, surgiu as chamadas *teorias neoclássicas do comércio*, idealizadas por economistas como Eli Hecksher, Bertin Ohlin, Paul Samuelson e Ronald Jones.

Essas novas teorias argumentam que, numa situação hipotética de igualdade tecnológica, as vantagens comparativas derivam, na verdade, da abundância ou escassez dos diferentes fatores utilizados na produção, como terra, trabalho e capital, e dos diferentes preços desses fatores no mercado internacional. Assim, a especialização de cada país deve acontecer naqueles produtos que utilizem em sua composição o fator de produção de que mais dispõe.

Nessa lógica, então, os Estados Unidos deveriam se especializar na exportação de bens, em cuja fabricação ocorre o uso intensivo de máquinas e equipamentos e de capital, e, por outro lado, estimular a importação, bens, em cuja fabricação é utilizada predominantemente, o fator trabalho. Entretanto, Leontief, após analisar essa perspectiva realizou um estudo que constatou o oposto. No ano de 1947 os Estados Unidos da América haviam se tornado um país exportador de produtos com uso intensivo de mão de obra. Estudos posteriores associaram o paradoxo encontrado ao uso de trabalho especializado e qualificado, e ainda, o uso de matérias primas como petróleo e energia elétrica no processo de fabricação (SOARES, 2004).

As teorias neoclássicas prevêm ainda a elevação da renda dos trabalhadores e do bem-estar geral. Entretanto, o livre-comércio geraria ganhos acentuados para os setores mais produtivos da economia, mas também severos prejuízos para os setores menos produtivos,

que passarão a enfrentar a concorrência externa, e terão menos mão de obra a seu dispor (CAVES, 2001).

As últimas teorias também não explicavam todos os fenômenos relacionados ao comércio internacional, principalmente a expansão avassaladora do segmento intraindústria. As empresas transnacionais passaram a espalhar suas subsidiárias pelo globo, dividindo o processo de produção por diferentes países, para aproveitarão máximo as vantagens comparativas. Desse modo, essa estratégia levariam á redução dos custos e a maximização do lucro. As empresas multinacionais passaram, então, a realizar um imenso volume de operações de importação e exportação de produtos intermediários, os quais servem como insumos ou componentes a serem aplicados em diferentes países. Portanto, cada componente do produto final é fabricado nos países que podem proporcionar os menores custos. Nos dias de hoje, a maior parte do comércio internacional é realizada como comércio intraindústria, principalmente entre os países mais desenvolvidos.

Surgiu, assim, a demanda para as *novas teorias do comércio*, de Krugman, Helpman, dentre outros. Krugman² percebeu que a especialização gera ganhos de produtividade acima do previsto, isto é, quando um país desloca seus fatores para o setor mais competitivo, este segmento torna-se ainda mais eficiente. Assim, no exemplo de Ricardo, a especialização de Portugal na produção de tornaria ainda mais rentável o empreendimento em comparação com o de segmento.

Krugman reconheceu, ainda que uma indústria consiga que os consumidores vejam seus produtos como únicos, insubstituíveis, quando estes apresentam características que os distinguem dos demais, assumindo, assim, uma condição similar à produção em monopólio. Esse processo permite às empresas dissociar seus preços daqueles exigido pelos concorrentes, fazendo com que a concorrência se dê então em um sistema de mercado imperfeito.

Ora, como os consumidores podem ter preferência por este ou aquele carro, o que leva países com os mesmos fatores de produção semelhantes a se especializarem no mesmo tipo de produto, bastando apenas que estes sejam diferenciados daqueles em produzidos pela concorrência. Por exemplo, os Estados Unidos e a Alemanha podem ambos, se especializar na produção de automóveis sofisticados, porque um *Ford Mustang* americano é bastante diferente de uma Mercedes Benz alemão. Deste modo, as novas teorias também concluem que o comércio internacional pode gerar desenvolvimento para ambos os parceiros, mas isso

²Prêmio Nobel de Economia (2008) por sua análise dos padrões comerciais e áreas de atividade econômica, é um dos mais renomados economistas da atualidade. É autor ou editor de 20 livros e tem mais de 200 artigos científicos publicados (PAUL KRUGMAN, 2015, p. 01).

depende do constante investimento em inovação e desenvolvimento tecnológico, fundamentais para a diferenciação dos produtos (SOARES, 2004).

Resta acrescentar aqui a brilhante síntese feita por Barral (2006), sobre os benefícios que os diversos estudos atribuem ao comércio exterior. O autor lembra que o livre comércio proporciona aos países um alargamento do mercado consumidor, o que confere às empresas a possibilidade de ganhos de escala. Por outro lado, como setores ineficientes da economia tendem a perder espaço ante a disputa com os produtos internacionais, uma vez que os recursos passam a ser alocados em setores mais competitivos, levando à especialização das nações e ao conseqüente ganho de produtividade. Ademais, a liberalização atrai empresas multinacionais que trazem consigo expressivo avanço tecnológico, além de melhorarem a qualidade de vida dos trabalhadores, por meio da geração de mais postos de trabalho, pelo pagamento de melhores salários, e pela oferta de melhores condições de trabalho.

No campo político, a liberalização seria responsável pela diminuição dos conflitos armados entre as nações, visto que uma guerra entre aliados comerciais seria improvável em face das perdas que poderia acarretar. A interação comercial entre França e Alemanha, por exemplo, interrompeu um ciclo tradicional. E mais, não raro os tratados comerciais impõem aos países a adoção de certos padrões internacionais em sua legislação interna, o que leva a uma evolução das instituições. Quais dentre o mais expressivo dos avanços institucionais que pode ser destacado é a adoção de uma cláusula democrática, imposta aos signatários de certos acordos regionais, como a União Européia e o MERCOSUL. A assinatura e manutenção desses acordos requerem que o país seja uma nação democrática, o que, certamente, termina por inibir tentativas de implantação de regimes autocráticos, isso porque a quebra do acordo geraria descontentamento em diversos setores da economia, que, portanto, tendem a negar apoio a qualquer ditador.

Em suma, a grande maioria das teorias preceitua que o comércio internacional é, de fato, um poderoso instrumento para o desenvolvimento. O impacto econômico, gerado nos dias de hoje, é tal que não há entre as maiores economias do mundo nenhuma que não esteja fortemente voltada ao comércio internacional. Em outras palavras, é impossível ter, atualmente, uma economia forte e ao mesmo tempo dissociada do comércio internacional. Entretanto, a simples abertura comercial não se mostra capaz de obter os efeitos positivos. Não obstante essa perspectiva, há que se considerar ainda os efeitos negativos do comércio internacional, o que requer uma postura distinta que vai além da simples liberalização, como será exposto no tópico seguinte.

2.2 Um Olhar Realista Sobre O Comércio Internacional

Se, por um lado, as teorias econômicas são praticamente unívocas, ao afirmar que o comércio internacional produz efeitos positivos sobre o desenvolvimento, a questão muda bastante se questiona que tipo de desenvolvimento se discute. Na verdade, tais teorias demonstram que o comércio internacional gera crescimento da atividade econômica, entretanto, isto nem sempre se traduz em desenvolvimento social.

Segundo o enfoque de Sen (2012), uma visão mais moderna, o país desenvolvido não se contenta com o crescimento da economia, diversos aspectos ligados à melhora da qualidade de vida da população, como por exemplo, a redução da pobreza, o respeito ao meio-ambiente, o acesso à educação de qualidade, o serviço de saúde eficiente, as condições de igualdade racial e de gênero e a garantia de participação política. É por esse motivo que, mesmo estando entre as maiores economias do mundo, os países do BRICS, quais sejam Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul não podem ser chamados de desenvolvidos.

Os efeitos negativos que muitos estudiosos imputam ao comércio internacional também são muito bem relacionados por Barral (2006), os autores céticos quanto aos benefícios do livre-comércio afirmam segundo este, que o comércio internacional teria, no campo econômico, o condão de expor a economia a riscos externos, ou seja, a economia mais integrada torna-se dependente das flutuações do mercado internacional. Além disso, a exportação massiva de alimentos geraria uma tendência de elevação dos preços destes no mercado interno, o que prejudica sobremaneira os mais pobres.

Ademais, a produtividade estabelecida pelas novas tecnologias tem como efeito colateral o desemprego estrutural, isto é, a exclusão do trabalhador menos qualificado do mercado formal de trabalho, desemprego este, ressalte-se, que vem a se somar àquele decorrente da destruição de determinados setores da economia frente à concorrência externa. Aponta-se a que a atuação das transnacionais comumente desconsidera o impacto ambiental de suas atividades. E, por fim, Barral (2006) aponta, ainda, que os ganhos com o comércio internacional se concentram principalmente nas mãos dos detentores dos meios de produção mais competitivos, conforme indicam as teorias neoclássicas.

No campo da política, afirma-se que outro efeito adverso da integração comercial e econômica seria o enfraquecimento da soberania do Estado, isto é, os países menos desenvolvidos restariam agora fragilizados perante as empresas transnacionais, e os países mais desenvolvidos como decorrência da necessidade de capital e tecnologia exigidos para a manutenção da competitividade da economia.

Ora, observa-se, assim, que a distribuição dos efeitos do livre-comércio dentro da sociedade é bastante desigual. Enquanto os detentores dos meios de produção colhem os lucros do crescimento econômico, os mais pobres sofrem os piores efeitos da liberalização, levando a um generalizado aumento dos conflitos sociais.

Faria (2002) ressalta que o desemprego causado pela integração econômica e comercial da globalização leva ao aumento dos coeficientes de desigualdade, à multiplicação de bolsões de pobreza nas zonas urbanas, a uma explosão das taxas de violência, resulta, enfim, numa acentuada marginalização dos menos instruídos.

Sarquis (2011, p.18), defende que o desenvolvimento econômico também não é distribuído uniformemente entre os países. Esta a questão se torna então especialmente complexa, na medida em que cada país aventura-se, de modo singular, na busca desses benefícios, em função de suas diferentes características e políticas. Por certo, a distinção entre países desenvolvidos e em desenvolvimento já contém, implicitamente, alguma indicação histórica da defasagem dos benefícios.

Assim, a existência dos mencionados efeitos negativos motivou autores como Krugman, Katz e Summers a defenderem uma política comercial estratégica, que seria não uma mera volta ao protecionismo, mas uma liberalização gradativa e bem calculada. Afirmam estes autores que o Estado deve adotar certas medidas para obter maiores ganhos com o comércio internacional, destacando-se, dentre as ações sugeridas, a imposição de tarifas e outras barreiras à importação, a adoção de estímulos à exportação, e também à inovação, pesquisa e desenvolvimento, além da qualificação da mão de obra, o que aumenta a produtividade e a agregação de valor aos produtos nacionais (SARQUIS, 2011, p. 43).

Entretanto, conforme as lições de Nasser (2003), constata-se que não existe liberdade para que os países menos desenvolvidos adotem tais políticas, pois o Sistema Multilateral de Comércio (SMC) fora, na realidade, moldado pelos países mais desenvolvidos de forma a favorecer tão somente seus interesses.

A lógica é simples: ao adentrar o SMC, os países assumem o compromisso pela livre concorrência, por meio das cláusulas do tratamento nacional e da nação mais favorecida, restrição aos subsídios, ao dumping e ainda a proibição às restrições quantitativas. Dessa forma, a eficiência passa a ser o único meio para se auferir benefício com o comércio internacional. Contudo, atingir o mesmo patamar de produtividade dos países mais desenvolvidos não é tarefa simples.

Num primeiro momento, os países desenvolvidos adotaram inúmeras políticas intervencionistas no sentido de favorecer suas indústrias nascentes e auferir ganhos com o

comércio exterior, tais como subsídios e a adoção de barreiras protecionistas. Todavia, os mesmos países desenvolvidos recomendam hoje que os países menos desenvolvidos não utilizem justamente aquelas iniciativas que os levaram ao crescimento.

Segundo as lições de Chang (2004, p.223), com essa atitude estariam eles "chutando a escada" para que os países em desenvolvimento não logrem êxito em seguir seus passos no caminho do desenvolvimento.

Esse é também o entendimento de Falcão:

Uma análise do período que antecedeu a eclosão do multilateralismo, aliada à visão panorâmica de todo o percurso negociador que sucedeu à Carta de Havana, nos levaria à conclusão de que os acordos do GATT teriam sido elaborados com o intuito de favorecer as relações econômicas no interior da tríade do comércio internacional. Os anseios dos países em desenvolvimento continuam, após cinquenta anos, ainda não contemplados (2005, p. 357).

Assim, considerando todos os efeitos positivos e negativos do comércio internacional, lancemos um olhar realista sobre a questão do desenvolvimento associado ao comércio internacional, a integração comercial não seria capaz por si só de produzir o desenvolvimento econômico para todos os países, muito menos poderia garantir o desenvolvimento social e a proteção dos mais pobres. Na verdade, o comércio internacional seria indiferente em relação ao desenvolvimento social (BARRAL, 2006).

Portanto, para que o comércio internacional produza não só bem-estar econômico, mas também bem-estar social, ou seja, para que os benefícios se estendam para a nação como um todo, e não apenas para uma elite econômica, faz-se necessário conciliar a abertura comercial com uma série de medidas, o que Barral chama de projeto nacional de desenvolvimento.

Essas lições vão ao encontro do que defende Gilppin (2002), segundo quem, alguns economistas acreditam que o entrave para o desenvolvimento reside dentro do próprio país subdesenvolvido: preponderância da agricultura, falta de educação técnica, baixa propensão a poupar, debilidade do sistema financeiro e políticas governamentais ineficientes. Tais fatores associados à ineficiência governamental fazem com que certos países não consigam integrar-se na econômica mundial. Alguns países conseguiram superar as referidas barreiras e vencer o subdesenvolvimento, mesmo diante de situações de mercado bastante adversas. Em suma, as causas da persistência do subdesenvolvimento são, então, decorrentes das estruturas internas do país, de modo que as economias hoje bem sucedidas são aquelas que teriam colocado a casa em ordem e partido agressivamente para o mercado global.

Parece que este argumento assiste razão, colocar a casa em ordem nos parece ser imprescindível na busca pelo desenvolvimento.

Acemoglu e Robinson (2012) ressaltam que as instituições derivadas de uma sociedade pautada em valores democráticos são fundamentais para o desenvolvimento. Acesso igualitário a financiamentos, segurança jurídica, acesso à educação, a eliminação dos monopólios e reserva de mercados aos “amigos” do Estado seriam algumas dessas instituições. É fundamental que não haja interferência negativa do Estado no mercado, como aquela que ocorre quando o Estado favorece um concorrente como campeão nacional ou quando a burocracia emperra o início do negócio.

Em suma, sustentam os autores, baseados para tanto em análise das histórias econômica das nações, que para haver desenvolvimento é preciso que as instituições incentivem os cidadãos a desenvolver suas atividades econômicas. Contudo, embora possível, alterar o quadro institucional de um país seria algo extremamente complexo, pois, geralmente, tal quadro decorre de séculos de experiência política daquela nação.

Assim, de tudo que fora exposto até o presente momento pode-se, então, extrair as seguintes conclusões: 1) O comércio internacional pode trazer o desenvolvimento econômico; 2) O crescimento da economia não significa necessariamente desenvolvimento social, pois muitos efeitos nocivos acompanham a liberalização comercial; 3) As teorias econômicas recomendam a adoção de uma política comercial estratégica, no sentido de minimizar os efeitos danosos do livre mercado, contudo, esse tipo de estratégia resta bastante prejudicado pelas regras constantes do SMC; 4) Para que se atinja o desenvolvimento é necessário que o país resolva seus problemas internos, isto é, que coloque ordem na casa, e também que se adote diversas políticas de desenvolvimento.

O presente artigo comporta, portanto, análise sobre apenas um dos fatores a ser priorizado pelos países em desenvolvimento, qual seja, o investimento em capital humano como parte da estratégia de desenvolvimento associado ao comércio internacional.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 O Investimento Em Capital Humano Como Motor Do Desenvolvimento

Diversos autores da ciência da econômica debruçaram-se sobre o porquê de alguns países se desenvolverem e outros não. Contudo, Solow que elaborou seu trabalho em parceria com Swan³, e se tornou a principal figura da área chamada de *Economia do Desenvolvimento*,

³Economista australiano que ficou conhecido ao elaborar o modelo de crescimento em conjunto com Robert Solow, ambos tentaram explicar o modelo de crescimento econômico.

tendo sido laureado em 1987 com o prêmio Nobel de Economia. Sua principal contribuição se deu através do famoso *Modelo de Solow-Swan*, também chamado *Modelo Neoclássico do Crescimento*.

O referido modelo econômico considera que o desenvolvimento está ligado a três fatores de produção, quais sejam capital, trabalho e produção de bens e serviços. Em outros termos, no modelo de Solow-Swan, o Produto Interno Bruto (PIB) de um país seria decorrência da proporção de capital aplicado por trabalhador. O modelo prevê também que o capital sofre depreciação com o tempo, ou seja, ele perde sua produtividade com o passar dos anos, o que gera a necessidade constante de uma taxa de poupança tal que torne possível novos investimentos em capital, o que seria necessário tanto para que a recuperação da produtividade, como para a manutenção da proporção ideal entre capital e força de trabalho. Quanto às inovações tecnológicas, estas teriam a fundamental importância de gerar aumento na produtividade do capital, evitando sua depreciação, então, o já referido investimento deve ocorrer em máquinas que cada vez mais utilizem tecnologia de ponta.

O modelo ainda prevê que, devido ao fato de a população estar sempre em crescimento, o capital deve sempre ser ampliado a fim de que se mantenha a proporção ideal entre capital e trabalho, o que requer mais investimentos contínuos. Por fim, cabe destacar que o modelo de Solow-Swan não considera a influência do comércio internacional no crescimento.

Ora, se a acumulação de capital humano é uma característica que distingue as economias que se tornaram desenvolvidas das economias que estão em desenvolvimento, e o modelo desenvolvido originalmente por Robert Solow não incluía essa forma de capital em suas bases, então, percebeu-se que o modelo não era completo e precisava conseqüentemente, ser revisado.

Antes de passar à evolução da teoria de Solow, resta-nos esclarecer o que seria essa nova forma de capital. O capital humano é um tipo de capital insólito, ou seja, que foge à tradicional concepção de capital trata-se de algo pessoal, algo “dentro de nós”, ao passo que os capitais financeiros e físicos são impessoais e se encontram “lá fora” (HOWKINS, 2013, p. 226).

Conforme afirma Becker (1962, p. 19), “capital humano é qualquer atividade que implique num custo no período corrente e que aumente a produtividade no futuro”. Em outras palavras, capital humano se refere a conhecimento aplicado ao processo produtivo no sentido de gerar um aumento na produtividade.

Denison (1985) mostrou claramente em seus estudos sobre os fatores de desenvolvimento que a educação tem um papel quantitativo como fator do aumento do produto por trabalhador, e isso mostra a importância do investimento em capital humano como fonte de desenvolvimento.

Por sua vez, Sachs e Larrain (1995) afirmaram que o capital humano possui um papel para o crescimento ainda maior que aquele observado por Solow.

Posteriormente, Mankiw, Romer e Weil destacaram afirmam que o modelo de Solow poderia ser melhorado ao incluir-se o capital humano, isto é, ao reconhecer-se que a mão de obra de diferentes economias apresenta diferentes níveis de instrução e qualificação. O *Modelo de Solow Ampliado*, elaborado pelos autores acima, reafirma que a produção per capita cresce na proporção da taxa de progresso tecnológico, todavia, coloca-se agora em evidência a importância do capital humano na contribuição do progresso tecnológico.

O novo modelo esclarece ainda que alguns países sejam ricos porque possuem altas taxas de investimento em capital físico, despendem uma parcela de tempo considerável acumulando habilidades, e possuem baixas taxas de crescimento populacional, tudo isso aliado a altos níveis de tecnologias, fazendo, assim, com que a proporção entre capital físico, capital humano e o trabalho se mantenham sempre elevadas (JONES, 2000).

Para Schultz (1960), a inclusão do capital humano no modelo de desenvolvimento de Solow o tornou completo, visto que, na verdade, o capital humano seria o principal insumo para o crescimento. Schultz ressalta, ainda que a inclusão do capital humano no modelo esclareça certas situações onde o crescimento não era satisfatoriamente explicado. Acontece que a depreciação e a diminuição de estoque dos bens componentes do capital físico deveriam implicar uma queda da produtividade e da renda, mas estas se mantinham constantes em muitos países; assim, o modelo explica que havia crescimento porque o estoque de capital humano mantinha a adequada proporção entre capital e força de trabalho.

Em resumo, a questão do desenvolvimento dos países pode ser explicada em grande parte pela teoria de Solow ampliada. Essa teoria enfatiza que a riqueza de um país é determinada pela intensidade do capital físico, pelos altos níveis alcançados de escolaridade e por uma estrutura institucional favorável ao seu desenvolvimento econômico.

Entretanto, ainda restava responder como haveriam de se ligar as teorias do crescimento com as teorias do comércio internacional. Assim, autores como Grossman e Helpman começaram a fundir as teorias. O desafio destes fora aliar o processo de acumulação de capital humano com os processos de alocação mais eficiente dos recursos e a difusão tecnológica típicas do comércio internacional.

Sarquis (2011, p. 36) esclarece que por serem extremamente estáticas, as teorias tradicionais do comércio internacional não se mostram mais aptas a esclarecer todos os aspectos da relação entre comércio e desenvolvimento, e nesse contexto, as teorias do crescimento derivadas das análises de Solow seriam ideais para complementar as novas teorias do comércio de Krugman.

Por fim, destacamos que, no atual cenário da economia internacional, o investimento em capital humano fora elevado ao centro das atenções. Na verdade, os ganhos mais expressivos do comércio exterior advêm atualmente daqueles setores em que a inovação tecnológica consegue criar mercados imperfeitos pela diferenciação dos produtos, gozando as empresas detentoras da tecnologia mais avançada de uma posição similar ao monopólio, nos termos observados por Krugman. As mercadorias mais valiosas são justamente aquelas em que se utiliza preponderantemente alta tecnologia em sua produção. Por conta disso, algumas das maiores empresas do mundo, como a *Apple*, o *Google* e a *Microsoft*, baseiam seus negócios em inovação e desenvolvimento tecnológico. Obviamente, nada disso seria possível sem os vultosos investimentos em acumulação de capital humano.

Matias (2005) afirma que fez com que o saber passasse a ser considerado o patrimônio mais importante não só de uma empresa, mas de um país. Em outras palavras, a riqueza da nação está agora na sua capacidade de acumular capital humano, ou seja, na capacidade que seus trabalhadores têm de adquirir o conhecimento necessário para operar as máquinas mais modernas e se adaptar a novas demandas. A presença de vantagens comparativas como mão-de-obra barata e recursos naturais não bastam mais para assegurar o bom desempenho da economia e o sucesso no comércio exterior. Perante esses fatos, os Estados Unidos da América, que têm seu plano copiado por outras nações desenvolvidas, há muito traçaram uma bem sucedida estratégia, no sentido de se tornarem uma nação detentora de capital humano e exportador de tecnologia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, pode-se verificar, ao longo desse trabalho, que a expansão do comércio internacional representa mais que uma oportunidade de crescimento; na verdade, os países precisam cada vez mais aumentar sua participação no mercado internacional, a fim de manter seus níveis de crescimento. As vantagens econômicas são tão fortes e tão evidentes que não podem ser ignoradas.

As teorias estudadas apontam também que a abertura comercial pode trazer consigo devastadoras consequências sociais, todavia, isso não deve impedir a inserção dos países no contexto internacional. Em realidade, conforme autores citados anteriormente, o que se deve fazer é corrigir os problemas internos da nação para assim maximizar os benefícios do comércio internacional e, ao mesmo tempo, minimizar as perdas no campo social.

Ora, o investimento em capital humano constitui-se o melhor caminho para atingir ambos os objetivos. Por um lado, a progressiva elevação da qualificação dos trabalhadores mais instruídos é fundamental para que economia mantenha-se competitiva no mercado internacional, uma vez que este requer cada vez mais produtos baseados em alta tecnologia. Ademais, cabe ressaltar que mudanças nos processos produtivos, como a implantação de fábricas adaptáveis para diferentes produtos e preparadas para rápidas atualizações, implicaram a exigência de poliqualificação para os ocupantes dos novos postos de trabalho. Isto é, a nova economia requer trabalhadores treinados para assumir múltiplos encargos e que possam se adaptar rapidamente ao uso de novos equipamentos e à fabricação de novos produtos. Assim, o investimento em capital humano mostra-se fundamental para a manutenção do nível de empregos do país. Por outro lado, a melhor qualificação dos trabalhadores menos preparados é essência, para que estes se mantenham no mercado de trabalho, seja pela adaptação aos novos processos produtivos, seja pela sua reintrodução em outros setores da economia, em consequência, o impacto social causado pelo comércio exterior seria mitigado.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D; ROBINSON, J. A.; **Por que as nações Fracassam: As Origens do Poder, da Prosperidade e da Riqueza.** Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2012.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. Divisão de Competitividade e Inovação (ifd/cti). **Incentivos Fiscais à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no Brasil:** Uma avaliação das políticas recentes. 2012. Elaborado por Sergio Kannebley Jr. e Geciane Porto. Disponível em: <[http:// idb docs.iadb.org /wsdocs /getdocument.aspx? docnum = 37112245](http://idb.docs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=37112245)>. Último acesso em: 14 out. 2014.

BARRAL, W. A Influência do Comércio Internacional no Processo de Desenvolvimento. In: BARRAL, W; PIMENTEL, L. O. (Org.). **Comércio Internacional e Desenvolvimento.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006

BRASIL. Ministério da Educação. Rede de Comunicadores. **Brasil investe mais em educação básica.** 2014. Disponível em: <<http://redecomunicadores.mec.gov.br/noticias/4023-brasil-investe-mais-em-educacao-basica>>. Último acesso em: 16 out. 2014.

BECKER, G. S. Investment in human capital: a theoretic analysis. **Journal of Political Economy**, v. 70, n. 5, p. 9-49, Oct. 1962.

CASTRO, C. 2014. **As 12 lições de Economia dos Prêmios Nobel**. Disponível em: http://economico.sapo.pt/noticias/as-12-lico-es-de-economia-dos-premios-nobel_208553.html. Último acesso em 30 de março de 2015.

CAVES, R. E.; FRANKEL, J. A.; JONES, R. W. **Economia Internacional: Comércio e Transações Globais**. São Paulo: Saraiva, 2001.

CHANG, H. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: UNESP, 2004.

DENISON, E. **Trends in American Economic Growth, 1929-82**. Washington: The Bookings Institution, 1985.

FALCÃO, M. A. Livre-Comércio: Que Contexto Político? Aspectos históricos das dificuldades dos países em desenvolvimento ou em transição, no acesso a mercados. **Revista do Programa de Mestrado em Direito do UniCEUB** v. 2. n. 2. p.349-359. Brasília: jul./dez. 2005.

FARIA, J. E. **O Direito na Economia Globalizada**. São Paulo: Malheiros, 2002.

GILPIN, R. **A economia política das relações internacionais**. Brasília: UnB, 2002.

GUILLOCHON, B; MELO, J. L. (Trad.). **Teorias de comércio internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

HOWKINS, J. **Economia Criativa: como ganhar dinheiro com ideias criativas**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2013.

JONES, C. I. **Introdução à Teoria do Crescimento Econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2000.

MATIAS, E. F. P. **A Humanidade e Suas Fronteiras: do Estado soberano à sociedade global**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

NASSER, R. A. **A OMC e os países em desenvolvimento**. Aduaneiras, 2003.

PAUL KRUGMAN, **Folha de São Paulo**, 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/paulkrugman/>. Último acesso em 30 de março de 2015.

SACHS, J. D.; WARNER, A. M. Economic Reform and the Process of Global Integration. **Brookings Paper on Economic Activity**, v. 26, n. 1, Washington, p. 1-118, 1995.

SARQUIS, S. J. B. **Comércio Internacional e Crescimento Econômico no Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SEN, A. K. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHULTZ, T. W. Capital formation by education. **The journal of political economy**, p. 571-583, 1960.

SOARES, C. C. **Introdução ao Comércio Exterior: fundamentos teóricos do comércio internacional**. São Paulo: Saraiva, 2004.

SOUSA, M. T. C. A Vinculação Entre Comércio Internacional e Desenvolvimento: Possibilidades Reais ou quimera do mercado? In: BARRAL, Welber; PIMENTEL, Luiz Otávio (Org.). **Comércio Internacional e Desenvolvimento**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006

N. Gregory M; DAVID R; DAVID N. W. **A Contribution to the Empirics of Economic Growth**. *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 107, No. 2. (May, 1992), pp. 407-437.

OECD. **Better Life Index: Educação**. 2014. Disponível em: <<http://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/quesitos/education-pt/>>. Último acesso em: 16 out. 2014.

OECD. **Education at a Glance 2014: OECD indicators**. 2014. Disponível em: <<http://www.oecd.org/edu/education-at-a-glance-2014.pdf>>. Último acesso em: 16 out. 2014.

OLIVEIRA, M. E. 2010. **Pensando como um economista síntese de reflexões**. Disponível em: http://www.oeconomista.com.br/arquivos/pensando_como_um_economista.pdf. Último acesso em 30 de março de 2015.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

Neiva L. J. F; Halik, A. R; Falcão, M. A; Desenvolvimento: Uma Análise A Partir Do Comércio Internacional E Do Capital Humano. **Rev. FSA**, Teresina, v.13, n.1, art.4, p. 66-82, jan./fev. 2016.

Contribuição dos Autores	L. J. F. Neiva	A. R. Halik	M. A. Falcão
1) concepção e planejamento.	X	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X	X